



NOVA EQUIPE, NOVOS DESAFIOS

Conselheiro Gilberto Jales assume pela segunda vez o cargo de presidente do TCE

Páginas 03 e 04

SELO PARA
QUEM CUMPRE
AS REGRAS DA
TRANSPARÊNCIA

Página 05

TC'S DISCUTEM
A COMUNICAÇÃO
EM ENCONTRO
NACIONAL

Páginas 06 e 07

AUDITORIA IDENTIFICA
PROBLEMAS EM
ESCOLAS DE NATAL E
MOSSORÓ

Página 10

PALESTRA,
CARTILHA E
HOMENAGEM
ÀS MULHERES

Página 12



PAINÉIS DE TRANSPARÊNCIA

PAINÉIS PARA O CIDADÃO

Prezando pela transparência e objetivando facilitar o controle social, o TCE/RN disponibiliza em seu site, em formato simples e acessível, painéis visuais para qualquer cidadão fiscalizar o uso do recurso público.

Os Painéis de Transparência oferecem atualmente acesso a informações e dados acerca de obras e serviços de engenharia e transparência fiscal. Em breve serão disponibilizadas informações sobre orçamento previdenciário e prestação de contas anuais.

Os dados apresentados nos painéis são enviados ao TCE pelos órgãos públicos, de forma declaratória, através das ferramentas eletrônicas de coleta do TCE.

O espaço está aberto e pode ser acessado pelo link:

<http://tce.rn.gov.br/TransparenciaJurisdicionados/Observatorio>

ACESSIBILIDADE

Propor medidas e estratégias para promoção da acessibilidade e inclusão nas próprias instituições de controle externo e nos municípios brasileiros. Com este objetivo, foi criado um grupo de trabalho para o debate e proposição de ações que colaborem com a causa. O grupo é integrado por representantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). O GT poderá contar com a contribuição de membros e servidores que atuam nos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos de Contas do país.

CONTAS DO GOVERNO

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN) escolheu, durante a primeira sessão plenária do ano de 2023, na terça-feira (24/01), por meio de sorteio, o conselheiro Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior como relator das Contas Anuais do Governo do Estado relativas ao exercício de 2023. A escolha se deu com fundamento no parágrafo segundo do artigo 180 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, que estabelece a exclusão do sorteio dos conselheiros que tenham sido relatores em anos anteriores, até que todos os membros do colegiado sejam contemplados. Assim, estavam aptos os conselheiros Poti Júnior e Paulo Roberto Alves. O sorteio foi realizado pelo procurador geral do Ministério Público de Contas, Luciano Ramos, que participou da sessão do Pleno remotamente.

O parecer prévio das Contas Anuais emitido pelo TCE consiste na análise dos balanços contábil, orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial do Governo do Estado, como também das suas autarquias, fundações públicas, entre outros componentes.

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Antônio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Renato Costa Dias

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

CONSELHEIRO CORREGEDOR
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO OUVIDOR
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Tarcísio Costa

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro
Antonio Ed Souza Santana
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO-GERAL
Ricardo Henrique da Silva Câmara

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa

CONSULTOR GERAL
Andréa da Silveira Lima Rodrigues

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Teresa Cristina Dias Diógenes

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Thiago Martins Guterres

PROCURADORES
Luciano Silva Costa Ramos
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos

EXPEDIENTE

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL:
Viktor Marcio Bruno Vidal

EDITOR: Eugênio Parcelle da Silva

REPORTAGEM: Isaac Lira

PRODUÇÃO: Fátima Moraes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Fernando de Souza

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP: 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br
E-mail: tce-ccs@rn.gov.br
Facebook.com/tcedom
Twitter: TCE_RN
Instagram: tce_m

NOVA GESTÃO, NOVA EQUIPE

Em reunião com todos os setores, o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, apresentou a nova equipe de gestores e as prioridades da atual gestão para o biênio 2023-2024. “Temos uma missão para com a sociedade do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, brasileira. A nós compete o exercício do controle externo, definido pela Constituição, e temos que devolver à sociedade esta confiança, esta responsabilidade a contento”, ressaltou.

Dentre as ações priorizadas para o período, destacou quatro: aprimorar a comunicação institucional, melhorando a imagem da organização perante os públicos interno e externo; aprimorar a gestão do controle externo, visando resultados; aprimorar

a gestão de pessoas e o desempenho profissional; e assegurar os recursos financeiros necessários para o cumprimento dos objetivos institucionais. “O Tribunal de Contas termina sendo referência, um farol para outras organizações, daí trabalharmos também com setores como a educação, a sustentabilidade”, destacou.

Em seguida, o coordenador da Assessoria de Planejamento e Gestão (APG), Ricardo Villaça, fez uma apresentação sucinta do Plano Estratégico para 2023/2030. O coordenador da APG explicou como foi o processo de construção do novo planejamento estratégico, produzido a partir dos resultados obtidos em duas pesquisas, uma interna ouvindo 292 servidores, e outra externa,

ouvindo 123 representantes de controles internos dos jurisdicionados e órgãos afins ao TCE, como o Tribunal de Justiça e Ministério Público.

A programação teve prosseguimento com apresentação da psicóloga Jordana Celli, do setor médico, falando sobre os valores que devem permear as instituições e as pessoas e novamente com Ricardo Villaça explicando como todos os setores do Tribunal podem e devem interagir com o Planejamento Estratégico, agora colaborando com a construção dos planos diretores, definidas por cada setor do TCE, a partir das diretrizes apontadas no documento geral. “Contamos com o menor orçamento entre os tribunais de contas de todo o país. Temos que otimizar os recursos existentes”, enfatizou.



Presidente apresenta diretrizes de trabalho para a nova gestão

Equipe de gestão do TCE para o biênio 2023/2024

- Andréa Lima - Consultora Geral
- Cleyton Barbosa - Secretário de Controle Externo
- Ricardo Câmara - Secretário Geral
- Teresa Diógenes - Chefe de Gabinete da Presidência
- Adriana Barreto - Diretora de Atos e Execuções
- Aleson Amaral - Diretor de Assuntos Municipais
- Ana Eleonora Carvalho - Coordenadora da Ouvidoria
- Ana Paula Martins - Diretora de Administração Indireta
- André Gustavo Almeida - Coordenador Geral da Escola de Contas
- Antonio Filho - Diretor de Administração Geral
- Eduardo Felipe Costa - Diretor de Expediente
- Heder Azevedo - Presidente da Comissão Permanente de Controle Interno
- Marise Magaly Rocha - Diretora de Administração Direta
- José Monteiro - Diretor da Inspeção de Controle Externo
- Ricardo Villaça - Coordenador da Assessoria de Planejamento e Gestão
- Ronald Moraes - Coordenador técnico da Corregedoria Geral
- Sheyla Yusk - Diretora de Atos de Pessoal
- Teresa Rocha - Diretora da Secretaria das Sessões
- Victor Rafael Alves - Diretor de Despesa com Pessoal

PROPOSTAS PARA O BIÊNIO 2023/2024

O presidente do Tribunal de Contas do Estado, conselheiro Gilberto Jales, reuniu na sexta-feira (24/02), no auditório do hotel Holiday Inn, em Natal, sua equipe de secretários, diretores e coordenadores durante o workshop de apresentação dos Planos Diretores para o biênio 2023-2024.

“Qual o nosso papel na sociedade? O que esperam de nós? Quais os resultados que apresentamos?”, provocou o presidente na abertura do evento, que serviu para integrar todas as unidades técnicas do TCE, com apresentações individuais acerca dos planos diretores.

A proposta foi fazer uma imersão, buscando um trabalho integrado. “Fazemos parte de uma orquestra. Não podemos desafinar depois que a música começar a tocar”, comparou Jales, lembrando que a proposta de fazer as apresentações dos planos de trabalho em forma conjunta teve como objetivo compartilhar iniciativas e ações de forma que todos possam caminhar numa mesma direção.

Gilberto Jales insistiu para toda equipe da necessidade de se ter “consciência que o resultado do nosso trabalho impacta na vida das pessoas”, destacando o Tribunal de Contas como uma máquina que precisa ser impulsionada para o exercício do controle externo da administração pública de forma eficaz e eficiente. Para isso, enfatizou, é preciso integrar ações, somar esforços e dividir as competências, cada um exercendo o seu papel.

Foram realizadas 16 apresentações dos planos diretores dos diversos setores, cujo planejamento é coordenado pelo auditor de Controle Externo, Ricardo Villaça, coordenador da Assessoria de Planejamento e Gestão do TCE. Logo após cada apresentação, foi aberto espaço para debate das propostas e sugestões, com toda a colaboração anônima, para formatação e aprovação do

documento a posteriori, definindo-se assim uma diretriz, documento que será norteador da gestão.

A psicóloga do Setor de Saúde do TCE, Jordana Celli, ministrou a palestra “Vamos conversar sobre saúde mental e trabalho”, abordando aspectos científicos associados a qualidade de vida que precisam ser observados numa perspectiva individual, na organização e também no contexto social em que o sujeito está inserido. “Cada indivíduo percebe o mesmo objeto de uma perspectiva diferente, de acordo com o estado de sua mente e de suas projeções”, relatou, lembrando da necessidade de cada um ter reservas não somente material, financeiras, o que acontece normalmente, mas também “emocionais”.



Gilberto Jales: “Fazemos parte de uma orquestra. Não podemos desafinar depois que a música começar a tocar”

PLANEJANDO O FUTURO

Apresentaram os Planos Diretores os seguintes setores:

Assessoria de Planejamento e Gestão, Diretoria de Despesa de Pessoal (DDP), Diretoria da Administração Municipal (DAM), Diretoria da Administração Direta (DAD), Diretoria da Administração Indireta (DAI), Inspeção de Controle Externo (ICE), Consultoria Jurídica (Conju), Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadoria de Gestão de Pessoas (COGEP), Assessoria de Relações Públicas da Presidência (ARPP), Assessoria de Comunicação Social, Comissão Permanente de Controle Interno (CPCI), Diretoria de Atos e Execuções (DAE), Núcleo de Sustentabilidade, Secretaria das Sessões, Secretaria Geral (SG), Secretaria de Controle Externo (SECEX), Escola de Contas, Gabinete da Presidência, Diretoria de Informática, Diretoria da Administração Geral e Diretoria de Expediente.

QUALIDADE EM TRANSPARÊNCIA

O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) entregou o Selo de Qualidade em Transparência Pública para prefeituras e câmaras de vereadores do RN. De um total de 335 avaliados, foram 19 jurisdicionados contemplados com o selo diamante, 16 com o selo ouro e 29 o selo prata, avaliados a partir de critérios estabelecidos no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).

Os indicadores foram apresentados pelo presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, no evento “Radar Nacional da Transparência Pública”, realizado no dia 06 na sede da Corte de Contas. “Este momento marca um reconhecimento ao gestor que está cumprindo o seu papel no que diz respeito aos dados da transparência, disponibilizando informações fidedignas e tempestivas”, ressaltou, lembrando que se trata de uma iniciativa que está sendo replicada

por tribunais de contas em todos os estados do País.

A programação constou de uma apresentação do secretário de controle externo do TCE, Cleyton Barbosa, que fez uma contextualização do “Programa Nacional de Transparência Pública”, seguido pela divulgação do “Radar”, a cargo de Gilberto Jales, culminando com a entrega do Selo de Transparência aos entes contemplados. “O foco é o cidadão. O Radar da transparência busca assegurar o direito de acesso a dados. As informações devem ser completas, atuais e acessíveis”, relatou o presidente, acrescentando: “Trata-se do maior repositório de informações sobre transparência pública no Brasil”.

Gilberto Jales informou que, neste primeiro momento foram avaliadas em todo o país 8.019 entidades, das quais 370 obtiveram o selo Diamante (atendimento a 100%

dos critérios essenciais e alcance de nível de transparência entre 95% e 100%), 441 conquistaram selo Ouro (atendimento a 100% dos critérios essenciais e alcance de nível de transparência entre 85% e 94%) e 561 o selo Prata (atendimento a 100% dos critérios essenciais e alcance de nível de transparência entre 75% e 84%).

A certificação do selo da transparência foi obtida a partir da análise de 106 critérios, tais como: existência da ferramenta de busca; disponibilização de números de telefones; endereços e horários de atendimento; dados da área de despesa; informações de recursos humanos; acessibilidade de dados de receita, entre outras. Os dados podem ser acessados através do site Radar da Transparência Pública, no link

<https://radar.tce.mt.gov.br/extensions/atricon2/panel.html>.



Evento marcou primeira certificação de jurisdicionados com o selo “Qualidade em Transparência”

Prefeituras e câmaras municipais contempladas:

Diamante

Estado: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte.

Prefeituras: Açu, Arês, Nova Cruz, Pedro Avelino, Riachuelo, São Bento do Norte, São Gonçalo do Amarante e São Miguel

Câmaras Municipais: Areia Branca Ceará-Mirim, Coronel Ezequiel, Messias Targino, Parazinho, Parnamirim, Pedra Grande, Pedro Avelino, Riachuelo, São Francisco do Oeste

Ouro

Prefeituras: Apodi, Canguaretama, Janduí, João Dias, Monte Alegre, Pau dos Ferros, Rio do Fogo, São Miguel do Gostoso, São Tomé

Câmaras Municipais: Bento Fernandes, Montanhas, Pilões, Santa Cruz, São Bento do Trairi, São Gonçalo do Amarante e São José do Seridó.

Prata

Prefeituras: Água Nova, Brejinho, Itajá, Jaçanã, Messias Targino e Pilões.

Câmaras Municipais: Acari, Antônio Martins, Apodi, Bodó, Brejinho, Campo Redondo, Cruzeta, Extremoz, Jaçanã, Jandaíra, Lagoa de Pedras, Lajes Pintadas, Major Sales, Mossoró, Natal, Nova Cruz, Ouro Branco, Passagem, Pedro Velho, São Bento do Norte, São Miguel e Viçosa.

COMUNICAÇÃO EM PAUTA

Numa iniciativa inédita, foi realizado no período de 14 e 15 de fevereiro o I Congresso Nacional de Comunicação dos Tribunais de Contas do país, com apresentação de painéis e realização de palestras e debates de temas instigantes e desafiadores a aspectos da comunicação, culminando com a apresentação de Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas.

De acordo com o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Cezar Miola, a comunicação é instrumento essencial para a concretização do princípio republicano e defesa do regime democrático, em especial para o controle social. “Não podemos falar em controle social, se não contamos com um processo de comunicação efetivamente transparente, dialógico, que oportunize a participação cidadã nos temas de interesse da administração pública”, analisou Miola.

Por isso, ainda conforme o presidente da Atricon, as diretrizes procuram contribuir de maneira clara e objetiva com procedimentos que levem a uma ampliação da transparência pública no âmbito das Cortes de Contas: “e que sirvam também de referencial para o conjunto dos poderes, órgãos e entidades sujeitos à fiscalização dos tribunais de contas brasileiros”.

As Diretrizes de Comunicação do Sistema Tribunais de Contas foram apresentadas,

como última atividade do I CNCTC, pelo coordenador do Grupo de Trabalho de Comunicação da Atricon, conselheiro do TCE-PE, Valdecir Pascoal, com a participação da vice-presidente de Comunicação da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABC Pública), Alessandra Lessa, do presidente do TCE-SC, Herneus de Nadal, e mediação da jornalista da assessoria de comunicação da Atricon, Priscila Oliveira.

A jornalista explicou o funcionamento do GT de Comunicação da Atricon, fundamental na elaboração das diretrizes e também na divulgação de notícias oriundas das cortes de contas brasileiras. “Representantes dos setores de comunicação dos TCs e do Sistema Tribunais de Contas se reúnem semanalmente para mapear pautas com repercussão nacional, especialmente de estímulo às boas práticas realizadas por cada tribunal”, afirmou.

Pascoal relacionou as principais diretrizes formuladas esclarecendo que elas se baseiam nos resultados de pesquisas acadêmicas, na legislação relacionada à área, princípios definidos pela Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABC Pública), contribuições que resultam do conhecimento e da experiência dos integrantes das assessorias de comunicação dos órgãos de controle, representados no Grupo de Trabalho de

Comunicação da Atricon, e nos debates gerados durante o I CNCTC.

“A comunicação tem que estar na estratégia dos tribunais. Precisamos sensibilizar a alta administração e dar concretude às ações de comunicação. É preciso que a comunicação esteja no orçamento”, advertiu o presidente do GT de Comunicação da Atricon.

O conselheiro também projetou os próximos passos a partir de agora: “transformar, a partir de aprimoramento, essas diretrizes em uma resolução formal. A partir disso, incluir essas orientações como quesitos de avaliação do Marco de Medição dos TCs, promovendo uma competição positiva entre os tribunais”, concluiu o conselheiro Pascoal.

O I CNCTC foi uma promoção do TCE-SC, da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e do Instituto Rui Barbosa (IRB). Conta com o apoio da Associação Catarinense das Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert).



Encontro reuniu assessores de imprensa e jornalistas de TC's de todo o país

ENFRENTAMENTO À DESINFORMAÇÃO



Durante o CNCTC, o presidente do TCE-RN, conselheiro Gilberto Jales, coordenou painel sobre enfrentamento à desinformação, com palestra do jornalista e pesquisador Sérgio Lüdtkke, editor do projeto Comprova. Além do presidente, representaram o Tribunal de Contas potiguar os jornalistas Viktor Vidal, coordenador da Assessoria de Comunicação Social, e Andréia Moraes, analista de Controle Externo.

“É um evento bastante importante para os Tribunais de Contas porque busca qualificar, dinamizar e fortalecer a comunicação para aproximar o cidadão com notícias verdadeiras, com informações fidedignas”, afirmou Jales.

DIRETRIZES PARA OS TC'S

Diretrizes gerais voltadas à alta administração dos Tribunais de Contas
Adotar uma política de comunicação social específica voltada a contemplar o Planejamento Estratégico institucional.

Viabilizar a regulamentação (aprovação) dos planos de comunicação de modo a garantir a continuidade das ações planejadas.

Viabilizar a regulamentação (aprovação) de Manual de Conduta Ética nas redes Sociais e demais canais de comunicação institucionais.

Criar instâncias de participação da área de Comunicação Social na tomada de decisões estratégicas.

Criar instâncias de participação de profissionais de comunicação para auxiliar na construção de manuais de auditoria visando à fiscalização das ações dos órgãos públicos na área.

Avaliar, sempre que possível, as ações de comunicação promovidas com recursos públicos (publicidade, jornalismo público e publicações nas redes sociais) pela perspectiva da legalidade, publicidade, impessoalidade e eficiência.

Dar especial atenção à fiscalização do possível uso de recursos públicos para financiar, via publicidade, veículos de comunicação cuja linha editorial seja voltada para publicação recorrente de desinformação.

Incentivar os jurisdicionados que promovam detalhada transparência na internet, em sítio único e de fácil acesso aos cidadãos, de todos os gastos com publicidade e propaganda, contando com informações relativas a todos órgãos públicos contratantes, incluindo empresas estatais, com a segregação da informação em nível de fornecedores e valores pagos mensalmente, mencionados nominalmente todos os sites, blogs, portais e congêneres que recebam monetização com recursos públicos, seja diretamente ou por meio de empresa interposta; conforme trata acórdão do Tribunal de Contas da União.

Disponibilizar estruturas físicas e de pessoal suficientes e adequadas para o pleno funcionamento das atividades da unidade de Comunicação Social e a garantia de suas atribuições.

Estruturar a unidade de Comunicação Social de modo a atender o

conceito de comunicação integrada, contemplando também a gestão de redes sociais.

Dotar a unidade de instrumentos, equipamentos, hardwares e programas computacionais necessários e apropriados para pleno exercício das atividades.

Criar fluxos para viabilizar o acesso da área de Comunicação Social às mais diferentes ações da instituição.

Oportunizar qualificações e treinamentos aos profissionais da área de comunicação Social.

Diretrizes gerais voltadas às assessorias de Comunicação Social
Alinhar as ações à Política de Comunicação Institucional adotada pelo órgão de controle.

Elaborar planos de comunicação e estimular a regulamentação interna desses documentos de modo a garantir a continuidade das ações de comunicação

Elaborar e adotar Manual de Conduta Ética nas Redes Sociais e demais canais de comunicação institucionais.

Adotar padrões de discurso textual que possam apresentar as informações de maneira didática e objetiva, livre de opiniões e embasadas legalmente.

Divulgar as decisões dos órgãos de controle de forma clara e detalhada, com o maior número de elementos comprobatórios possíveis, zelando sempre pela proteção da informação sigilosa, em consonância com a Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados. Adotar discursos e linguagens de acordo com o público a ser atingido e o canal de comunicação definido para divulgar as informações. Incentivar a inovação de conteúdos, linguagens e formatos, procurando dar unidade e coesão de acordo com o canal de comunicação adotado.

Desenvolver políticas de relacionamento para os diferentes canais de comunicação.



ALERTA PARA ADEQUAÇÃO À LGPD

A LGPD já está pegando e as instituições precisam se adequar”. O alerta é da professora Mariana de Siqueira, que neste dia 15/03 ministrou palestra sobre a Lei Geral de Proteção de Dados dentro da programação da Ouvidoria Day, série de eventos nacionais promovidos pelos Tribunais de Contas em comemoração ao Dia Nacional do Ouvidor, data instituída pela Lei 12.632/12. No Rio Grande do Norte, o TCE ofereceu, por meio da Ouvidoria em parceria com a Escola de Contas, a palestra “A Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD e a Administração Pública: Da teoria à adequação legal”, a cargo de Siqueira, que é advogada, professora adjunta da UFRN, Doutora em Direito Público pela UFPE, Mestre em Direito Constitucional pela UFRN e coordenadora de Assessoria Técnico Jurídica do Gabinete do Procurador Geral.

Em sua exposição, a palestrante fez uma explanação completa acerca da LGPD, desde sua criação, no ano de 2018, até o período de vigência atual. “Até pouco tempo atrás, nós tínhamos só a letra da lei. Hoje no Brasil temos o texto da LGPD totalmente vigente, normativas para o detalhamento do conteúdo e no futuro teremos uma quantidade maior de normativas para compreender melhor a lei, com cartilhas, guias e outros instrumentos”, afirmou.

Mariana Siqueira chama atenção que, até fevereiro deste ano, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados tinha um viés apenas pedagógico, mas agora adotou um posicionamento complementar para adotar sanção. “Agora há perspectiva de responsabilização. É preciso adotar cultura de acesso à informação. Hoje não temos uma cultura de proteção de dados, mas há uma projeção dessa cultura. A LGPD é normativa geral, um ponto de partida para adoção da norma. Deixamos para os 45 do segundo tempo”, disse.

A palestra foi realizada em formato online e contou com a participação do presidente do TCE, conselheiro Gilber-

to Jales, do Ouvidor, conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, e do diretor da Escola de Contas, Tarcísio Costa.

Em sua fala, o presidente explicou que a LGPD tem ligação direta com a questão da Ouvidoria, por isso a importância de trazer o tema para a celebração da Ouvidoria Day. “Essa temática consta das nossas cartas compromisso e plano de trabalho do comitê (de Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social) que visa elaborar estudos para analisar o tema e produzir nota técnica para tribunais de contas e orientar sobre possíveis conflitos da Lei de Acesso à Informação e a LGPD. Ressalto que TCE-RN é vanguardista do uso dos instrumentos de Tecnologia da Informação nessa área e dá atenção especial ao controle social.”

O conselheiro Carlos Thompson disse que elegeu a LGPD como tema do evento, considerando a necessidade constante de ampla divulgação do seu conteúdo e estudos acerca da nova legislação. “É um tema complexo que precisa ser tratado e tem importância no âmbito das ouvidorias como instrumento de controle social”, afirmou.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018, é a legislação brasileira que regula as atividades de tratamento de dados pessoais e que também altera os artigos 7º e 16 do Marco Civil da Internet. O Brasil passou a fazer parte dos países que contam com uma legislação específica para proteção de dados e da privacidade dos seus cidadãos.

A legislação se fundamenta em diversos valores, como o respeito à privacidade; à autodeterminação informativa; à liberdade de expressão, de informação, comunicação e de opinião; à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; ao desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; à livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor e aos direitos humanos de liberdade e dignidade das pessoas. A palestra na íntegra está disponível neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=JO3iSVYJ7fI>

EXPERIÊNCIA DO TCE COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A experiência exitosa do Tribunal de Contas do Estado, com a implantação do robô Kairós para agilizar o atendimento de demandas na Ouvidoria foi levada aos municípios do Rio Grande do Norte, com o evento “Inteligência Artificial Aplicada às Ouvidorias dos Municípios do RN”, realizado pela Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira.

O encontro teve como objetivo ampliar o conhecimento dos gestores públicos sobre o uso de ferramenta eletrônica pioneira entre os Tribunais de Contas do Brasil. A capacitação, realizada no auditório do TCE, teve como público-alvo prefeitos, presidentes de Câmaras, ouvidores, assessores dos municípios do Rio Grande do Norte, servidores da casa e sociedade em geral.

Durante o evento houve a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o TCE, a Federação dos Municípios do RN (Femurn) e a Federação das Câmaras Municipais do RN (Fecam/RN). Com o acordo, o TCE vai auxiliar o processo de implantação do robô Kairós, de autoria da Universidade

Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), nas Ouvidorias das Prefeituras e Câmaras municipais. Para tanto, os órgãos interessados deverão, primeiramente, celebrar um contrato de cessão de uso do robô Kairós diretamente com a UFRN.

Também foram ministradas palestras enfocando os seguintes temas: Desmistificando o papel das Ouvidorias Públicas, pela coordenadora técnica da Ouvidoria do TCE, Ana Eleonora; Inteligência Artificial e Inovação no Serviço Público, a cargo do professor Elias Jacob de Menezes Neto, corregedor da UFRN; e o case de sucesso: A implantação da ferramenta Kairós na Ouvidoria do TCE/RN, pelo diretor de Informática do TCE, Vinícius José Miranda Toscano de Brito Filho.

Com o Kairós, a Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado conseguiu reduzir o tempo médio de atendimento das suas demandas já no primeiro mês. A média reduziu de cinco dias para 2,76 dias. O uso de inteligência artificial, com a implantação do robô Kairós, é uma tecnologia desenvolvida pela UFRN e disponibilizada gratuitamente para uso do TCE.



DAM IDENTIFICA PROBLEMAS NAS ESCOLAS



O Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN) identificou que escolas com baixa nota no Ideb, nos municípios de Natal e Mossoró, possuem carência de recursos tecnológicos, como salas de informática, insuficiência de professores, distanciamento entre a família e a comunidade escolar, entre outros problemas. As conclusões estão em duas auditorias operacionais realizadas em 2022.

As auditorias operacionais foram realizadas pela equipe da Diretoria de Administração Municipal no período entre junho e novembro de 2022. No mês de julho, foram realizadas visitas técnicas em oito escolas da rede municipal de Natal e cinco escolas da rede municipal de Mossoró com notas baixas no IDEB 2019. Foram analisados pontos como: estrutura física das escolas, adequação da merenda, quantidade de alunos por turma, entre outras práticas.

Os principais pontos destacados pelas auditorias foram a carência de recursos tecnológicos; ausência de psicólogo no ambiente escolar; insuficiência de monitor/estagiário de apoio pedagógico; relação distante da família com as escolas; relação distante das Secretarias Municipais de Educação com as escolas; problemas na infraestrutura; e insuficiência de professores e coordenadores no município de Natal.

A equipe técnica do Tribunal de Contas sugeriu algumas recomendações para aperfeiçoar as práticas escolares, entre elas a disponibilização de psicólogos escolares, material de informática, estreitamento dos laços com as famílias dos alunos, entre outros. As recomendações sugeridas serão julgadas pelo Pleno da Corte de Contas e, caso confirmadas, deverão ser adotadas pelos gestores públicos. Os gestores têm um prazo de 90 dias para o envio de um plano de ação, após o julgamento dos achados da auditoria operacional.

NOVAS REGRAS PARA O ENVIO DE DADOS FISCAIS

No intuito de melhorar a recepção dos demonstrativos fiscais dos seus entes jurisdicionados, o Tribunal de Contas do Estado deu mais um passo no processo de mudança visando à migração do envio de dados para a plataforma eletrônica do Portal do Gestor. O objetivo é descontinuar totalmente, a partir dos dados do exercício de 2023, a utilização do aplicativo SIAI Fiscal Coleta.

A partir de março, titulares dos poderes executivos Estadual e Municipal devem enviar o Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO por meio das novas regras. O envio do RREO ao TCE está disciplinado pelo inciso I do art. 6º da Resolução nº 023/2020 – TCE.

Nesse primeiro momento, notadamente, no que tange ao envio dos demonstrativos do RREO pertinentes ao 1º bimestre de 2023, deve ser utilizado o Portal do Gestor, no módulo de coleta dos Demonstrativos Fiscais, disponível no site do TCE-RN por meio do link de acesso rápido (<https://portalgestor.tce.rn.gov.br/>).

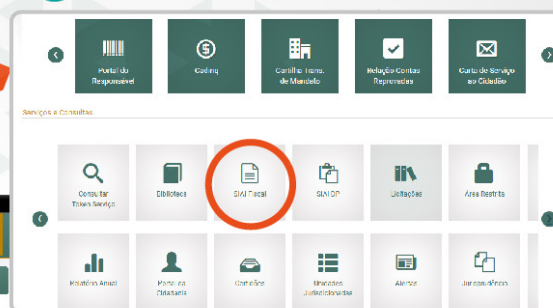
Conforme os artigos 52 e 53 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de acordo com as normas previstas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, o envio do RREO ao TCE deve ser realizado até 30 dias após o encerramento de cada bimestre.

Nesse sentido, a Central de Atendimento ao Jurisdicionado (CAJ) elaborou um tutorial no sentido de orientar os gestores quanto às mudanças.

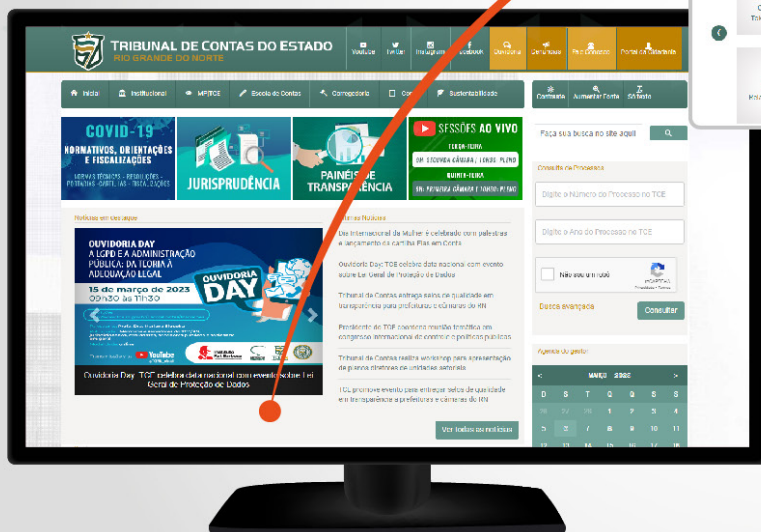
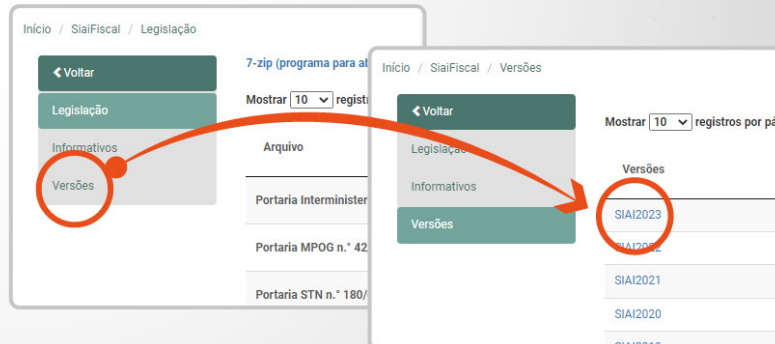
O envio de dados deverá ser via web mediante Portal do Gestor, adotando-se os layouts e as tabelas internas disponibilizados no site no TCE-RN, conforme os seguintes passos:

www.tce.rn.gov.br

1º PASSO No Portal do TCE-RN, acessar o ícone **SIAI Fiscal**.



2º PASSO Na página do SIAI, selecione o botão **Versões** e, depois, o link do **SIAI2023**.



CELEBRAÇÃO DA MULHER

O Dia internacional da Mulher foi celebrado no Tribunal de Contas do Estado, em 08 de março, com o lançamento da cartilha “Elas em Conta”, produzida pelo Ministério Público de Contas; realização da palestra “Estilo de vida da mulher – não à discriminação”, a cargo da fonoaudióloga Rafaela Sales e sorteio de brindes. “Hoje é um dia especial. Dia de lembrar os fatos históricos que antecederam o 8 de março, transformando num dia de luta, e de lembrar que a gente precisa continuar avançando”, discursou o presidente do TCE, conselheiro Gilberto Jales, na abertura do evento.

A celebração contou com a presença da conselheira Adélia Sales; da conselheira substituta Ana Paula Gomes e do procurador-geral do Ministério Público de Contas, Luciano Ramos.

A programação começou com a servidora Mariana Siqueira apresentando detalhes do conteúdo da cartilha “Elas em Conta”, uma produção coletiva do Ministério Público de Contas que, além de contextualizar a luta histórica em prol das conquistas dos direitos das mulheres, apresenta questões relacionadas à equidade de gênero e a diversidade, buscando informar e sensibilizar as pessoas para a problemática.

Em seguida foi ministrada a palestra “Estilo de vida da mulher – não à discriminação”, em que a especialista Rafaela Sales falou da importância da busca do equilíbrio e de se conhecer melhor para ter qualidade de vida. Utilizando do lúdico, ela levou aos participantes a fazerem reflexões sobre áreas da vida pessoal e profissional presentes no cotidiano e que impactam nas pessoas. “É preciso ter tempo de qualidade. Elogiar e ser elogiada também. Você é a única responsável pelos seus resultados”, enfatizou.

Logo após foi prestada uma homenagem póstuma a servidora Mara Santana, que partiu recentemente, depois de mais de vinte anos de serviços prestados ao TCE. A programação, realizada em conjunto pela Secretaria Geral do TCE, Coordenadoria de Gestão de Pessoas, Ministério Público de Contas e Sindicatas, foi encerrada com a realização de sorteio de brindes entre as mulheres presentes e apresentação do Coral de Contas.

